



UMA REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA DO FATO ESTILÍSTICO (A REFLECTION ON THE NATURE OF THE STYLISTIC FACT)

Clemilton Lopes PINHEIRO (UECE)

ABSTRACT: *The main purpose of this article is to discuss the function of the Stylistic by the study of the resource of intertextuality in order to produce new meanings.*

KEYWORDS: *Stylistic; Style; Intertextuality.*

Introdução

Neste trabalho, pretendemos discutir a natureza do que a Estilística da expressão, ou descritiva, considera o conteúdo subjetivo da linguagem, ou seja, o fato estilístico. Indagamos em que as marcas que indicam a que título um determinado enunciado é proferido, ou seja, as marcas da subjetividade na linguagem - hoje, já consideradas e estudadas por muitas das correntes da Lingüística - são diferentes do que a Estilística considera fato estilístico. A discussão se concentra em um caso de intertextualidade - a menção a provérbios - cuja função textual não nos parece ser distinta da que se considera função estilística.

A Estilística e os paradigmas teóricos da Lingüística

A Lingüística moderna, cuja paternidade se atribui a Ferdinand de Saussure, apresentou-se inicialmente como uma lingüística do sistema, cujo objetivo era descrever a língua em abstrato, fora de qualquer contexto de uso. Muitos lingüistas, contudo, passaram a considerar a linguagem enquanto atividade e começaram a refletir sobre as relações entre as línguas e seus usuários, sobre a ação que se realiza *na e pela* linguagem; é o que se considera a lingüística do discurso.

Essas duas perspectivas formam os dois grandes paradigmas teóricos que têm fundamentado, atualmente, os estudos sobre a linguagem. Cada um desses paradigmas se forma a partir de diferentes concepções de língua e de falante.

A Lingüística do sistema limita-se ao estudo da língua em si mesma, uma vez que a língua deve ser definida como um sistema de signos e de regras, como conjunto de convenções próprias de todos os locutores de um mesmo idioma, código único e homogêneo que lhes permite se comunicarem. Tem-se, em síntese, uma concepção de língua enquanto representação da realidade, espaço de homogeneidade, e de falante enquanto ser universal e atemporal.

Já a lingüística do discurso, que teve como precursor o pensador russo M. Bakhtin e que ganhou impulso na França com a obra do lingüista Émile Benveniste, que se propôs a estudar a subjetividade na língua, se ocupa das manifestações lingüísticas produzidas por indivíduos concretos, sob determinadas condições de produção. A língua é, então, entendida como atividade de um sujeito falante. Através da linguagem esse sujeito atua sobre o real e também o constitui.



É dentro do primeiro paradigma, o da lingüística do sistema, que se depreendem as bases da Estilística, enquanto disciplina lingüística. Foi Charles Bally, precursor da disciplina, quem notou que a proposta de Saussure deixava de fora da investigação científica uma multiplicidade de elementos de ordem afetiva que faziam parte do significado. Assim é que Bally reivindicou para a Estilística o estudo da expressão dos fatos da sensibilidade pela linguagem e da ação dos fatos de linguagem sobre a sensibilidade.

Bally distinguiu com precisão o conteúdo lingüístico do conteúdo estilístico, a informação neutra do suplemento subjetivo a ela acrescentado, mostrando que um conteúdo pode ser expresso de diferentes modos.

Seguindo esse raciocínio e apoiando-se nas três funções da linguagem propostas por Karl Bühler (representação, expressão e apelo), Câmara Jr. (1977) considera a Estilística uma disciplina complementar da Gramática, pois enquanto essa estuda a língua como meio de representação, aquela estuda a língua como meio de exprimir estados psíquicos ou de atuar sobre o interlocutor. O autor, então, define estilo “como um conjunto de processos que fazem da língua representativa um meio de exteriorização psíquica e apelo” (1972:136).

Se tomarmos como parâmetro o paradigma da lingüística do sistema, se justifica plenamente os conceitos de Estilística aqui apresentados, bem como a sua tarefa, qual seja a de descrever os meios que a língua oferece aos falantes/escritores para manifestarem estados emotivos e julgamentos de valor, ou em outras palavras, as marcas da atuação do sujeito na língua. Uma vez que a Lingüística, dentro desse paradigma teórico, delimita como área precisa para suas investigações a língua na dimensão saussureana, a Estilística passa a tratar dos fatos da linguagem excluídos dessa dimensão.

No entanto, se considerarmos a ampliação do objeto da Lingüística dentro do paradigma da Lingüística do discurso, fica difícil delimitar o que ainda compete à Estilística, pelo menos a que é praticada sob a denominação de estilística descritiva ou da língua. A influência do alocutário sobre o conteúdo e o valor pragmático dos enunciados já são reconhecidos e mencionados pelas diferentes correntes da Lingüística do discurso. Hoje já se afirma, seja na perspectiva de uma Lingüística Textual ou de uma Semântica Argumentativa, por exemplo, que o sentido se subjetiviza.

Veamos como o estudo dessa subjetivização do enunciado, de uma certa forma, é reivindicado por Rifaterre (1972:138) como tarefa da Estilística.

A estilística estuda os elementos que, no enunciado lingüístico, são utilizados para impor ao decodificador a maneira de pensar do codificador, quer dizer, estuda o ato de comunicação não como produção de uma cadeia verbal, mas como algo que traz a marca da personalidade do locutor e chama a atenção do destinatário.

Pode-se entender pelo que nos diz Rifaterre que nenhum enunciado ocorre sem o trabalho do sujeito. O ato de comunicação não se resume simplesmente a mera



transmissão de mensagem e a língua não é apenas um código. Vejamos que a visão de Koch (1995:29) acerca da interação pela linguagem também envolve essa idéia:

Quando interagimos através da linguagem (quando nos propomos a jogar o “jogo”), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos: há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não-verbais).

Percebemos, então, que os fenômenos de linguagem excluídos da Lingüística do sistema e tomados como objeto da Estilística constituem hoje a base dos estudos da Lingüística do discurso, de modo que é bastante difícil distinguir uma coisa da outra. Dessa forma é que questionamos a autonomia de uma Estilística descritiva que coloca em evidência as formas verbais consideradas expressivas, susceptíveis de portar a manifestação do sujeito. O que a Estilística trata como fato de estilo ou efeito estilístico parece corresponder em muitos casos ao processo dinâmico de produção de sentidos, cuja explicação tem sido objeto das práticas analíticas dos pesquisadores que militam no campo lingüístico das estruturas *além-frase*.

Consideremos, por exemplo, a questão da análise textual na perspectiva da Lingüística Textual, que segundo Marccuschi (1983:12-3) é “o estudo das operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais”. Se a Lingüística textual explica a organização do texto e como o seu sentido é construído, o que sobra para a Estilística no que diz respeito à análise textual? Pode-se responder afirmando que à Estilística compete explicar a construção do sentido do texto literário. Mesmo assim questionamos se a análise da construção do sentido do texto literário justifica uma disciplina diferente da Lingüística textual.

Para estendermos mais essa questão, tomaremos como ponto de discussão um elemento integrador da organização textual estudado tanto pela Estilística como pela Lingüística textual. Trata-se dos efeitos que se podem obter com a manipulação de frases feitas, provérbios etc.

Manipulação de provérbios: estilo ou estratégia de construção de sentido?

Em Rifaterre (1973), o emprego de frases feitas, provérbios, expressões estereotipadas em textos literários é estudado em capítulo denominado *A função do clichê*. Para o autor o emprego do clichê provoca reações estéticas, morais ou afetivas. Trata-se, portanto, de um fato de estilo, porque chama a atenção para a forma da mensagem lingüística, e é percebido sempre como um empréstimo que estabelece contraste com o contexto em que está inserido.

Spera (1997:797) também estuda o clichê como fato estilístico, entendendo-o como “elemento integrador da organização textual e moldador de seres e situações do mundo narrado”. A autora analisa contos de Guimarães Rosa e procura verificar,



sobretudo, o que ela considera “a subversão do clichê”, ou seja, a alteração da formas estereotipadas; identificando o papel que essa alteração exerce na construção do sentido do texto.

Consideremos, como exemplo, a análise que Spera faz da passagem “Amava-o com toda a fraqueza do seu coração”, extraída do conto “A vela ao Diabo”.

A alteração de “ama com toda a força” impõe a necessidade de uma releitura de ambas as formas. Ao mudar o estereótipo, o autor chama a atenção para dois fatos: a intensidade do amor (que permanece como fundo orientador do sentido, pela ressonância do clichê) e a fragilidade ou insegurança da personagem, indicada pela fraqueza do coração. (1996: 798)

O que, na verdade, nos diz a análise da autora é que a utilização do clichê está diretamente relacionada à organização textual e, por consequência, à construção do sentido. No entanto, o que não é levado em consideração nessa análise é o fato de que o que é chamado clichê nada mais é do que uma das maneiras pelas quais a produção e recepção de um texto depende do conhecimento de outros textos, ou, em outras palavras, trata-se de um dos padrões ou critérios de textualidade: a intertextualidade.

Koch, utilizando-se de uma citação de Barthes de que todo texto é um intertexto, expõe o seguinte:

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe. (1997a:46)

Conforme Koch (1997a, 1997b), a intertextualidade pode ter um sentido amplo e um sentido restrito. A intertextualidade em sentido restrito é a relação de um texto com outros previamente existentes, em que é atestada, necessariamente, a presença de um intertexto. Pode ser ainda explícita, quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto; ou implícita, quando o intertexto é introduzido sem qualquer menção da fonte.

Koch (1997b) estende o conceito de *détournement*, desenvolvido por Grésillon & Maingueneau (1984), às diversas formas de intertextualidade implícita em que se tem algum tipo de alteração, ou adulteração do texto fonte. Entre os tipos de *détournement*, pode-se mencionar o de provérbios, de frases feitas, de títulos de filmes ou de obras literárias, como “O impaciente francês” - em publicidade da Renault, apresentada em outdoors - em que há a alteração do título “O paciente inglês”.

O emprego de *détournement* é muito comum em textos publicitários, humorísticos, literários, em letras de música, em *charges* políticas etc. E é inquestionável que, ao manipular esse recurso, o falante/escritor visa à obtenção de efeitos específicos. Assim, manipular um provérbio, alterando ou não sua forma original, numa situação específica, mostra, além da presença do outro, peculiares efeitos de sentido. Subjaz a isso a hipótese de que o discurso não ocorre sem o trabalho do



sujeito, que manipula criativamente ao mesmo tempo variados aspectos lingüísticos, psíquicos, culturais e circunstanciais.

Ora, se retomarmos os princípios da Estilística descritiva, tal como postulada por Bally e Câmara Jr., veremos que foi a partir dessa hipótese que a disciplina se desenvolveu. Por isso é que, numa perspectiva estilística, um fenômeno ligado à intenção comunicativa, por exemplo, pode ser visto como fato estilístico, como estilo, “um conjunto de processos que fazem da língua representativa um meio de exteriorização psíquica e apelo” (Câmara Jr., 1972:136). Mas, se o objeto da Lingüística se estendeu a ponto de dar conta também desse conjunto de processos, o que passa a ser, então, tarefa da Estilística, no que diz respeito à intertextualidade?

Que tipo de análise do *détournement* - ou da “subversão do clichê” - a Estilística faz senão a das suas contribuições como elemento integrador do sentido do texto? Não é também essa a tarefa da Lingüística textual? O que, na verdade, constitui uma função estilística do clichê, que nada mais é do que um tipo de *détournement*?

A música “Bom conselho”, de Chico Buarque de Holanda, é um exemplo bastante conhecido de *détournement* de provérbios: Ouça um bom conselho/Eu lhe dou de graça/Inútil dormir que a dor não passa/Espere sentado/ou você se cansa/Está provado: quem espera nunca alcança/Venha, meu amigo, deixa esse regaço/Brinque com meu fogo, venha se queimar/Faça como eu digo/Faça como eu faço(...). A análise desse aspecto do texto visa a verificar sua contribuição como elemento integrador do sentido. O que vai diferenciar, então, a perspectiva da Estilística da perspectiva da Lingüística textual?

Sem pretendermos desenvolver uma análise exaustiva do texto, podemos perceber, de forma geral, que o autor recorre à estratégia de inverter a forma dos provérbios para tomar determinada posição, para construir determinado sentido. Invertendo a forma, ele também está invertendo a ideologia dos provérbios, para defender a idéia de que não é bom seguir conselhos. Assim como os provérbios, os conselhos são formas estereotipadas, a cujo conteúdo subjaz uma ideologia calcada na submissão e obediência. De que forma, então, podemos chamar de efeito estilístico essa estratégia de construção do sentido?

É possível que se diga, no caso do texto de Chico Buarque e de muitos outros textos literários, que o efeito estilístico está no fato de que a forma escolhida pelo autor para construir o texto redobra o sentido do que está expresso nele. Mesmo assim isso não deixa de ser, em última instância, mais um dos muitos recursos de que o sujeito pode usar para se expressar e causar no seu interlocutor o efeito desejado.

Conclusão

Neste trabalho, procuramos discutir o que compete à Estilística no que diz respeito à análise dos efeitos que se podem obter com a manipulação de provérbios, frases feitas etc, próximos ou distanciados do seu sentido original. O problema se coloca da seguinte forma: se a prática analítica dos pesquisadores que trabalham com uma lingüística do discurso abrange os peculiares efeitos que a manipulação de um provérbio pode causar em uma situação específica, considerando, entre outros fatores, a



intenção do produtor; o que constitui a análise estilística, que investiga o fato de estilo, também entendido como a atuação do sujeito sobre seu discurso? Há formas de natureza diferente para marcar a atuação do sujeito e de outros fatores de ordem extralingüística no discurso, que justifiquem disciplinas diferentes para estudá-las?

Não temos, com isso, a pretensão de afirmar que a Estilística não existe enquanto área de conhecimento lingüístico. Acharmos simplesmente que, como a Lingüística tem ampliado cada vez mais a sua concepção de língua, mais difícil está se tornando delimitar satisfatoriamente um método e um objeto que assegurem o caráter científico da Estilística.

Acreditamos que não se pode mais empregar o termo “possibilidades expressivas” no sentido de “valores que se sobrepõem à comunicação racional, lógica, de fatos ou idéias” (Martins, 1997:72). A proposta de Bally de separar o componente lingüístico do componente estilístico precisa ser revista, se se pretende seguir, em algum aspecto, a Estilística que ele propôs. Os estudos lingüísticos atuais já mostram que não se pode descrever o sentido dos enunciados sem levar em consideração as suas condições de produção, que, em última instância, correspondem ao suplemento subjetivo que se acrescenta à informação neutra, o qual constitui o fato de estilo.

RESUMO: Neste artigo, discutimos o que compete à Estilística na análise do recurso da intertextualidade na produção de novos sentidos.

PALAVRAS-CHAVES: Estilística; Estilo; Intertextualidade.

Referências bibliográficas

- BALLY, Charles (1951). *Traité de stylistique française*. Paris: Klincksieck.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1972). Considerações sobre o estilo. In: _____. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- _____ (1977). *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- GRÉSILLON, A. & MAINGUENEAU, D. (1984). Polyphonie, proverbe et détournement. In: *Langages*, N.º 73.
- KOCH, Ingedore V. (1997a). *O texto e a construção do sentido*. São Paulo: Contexto.
- _____ (1997b). O texto e a (inevitável) presença do outro. In: *LETRAS - Revista do Mestrado em Letras da UFRS*. N.º 14, Santa Maria (RS): UFRS.
- MARCUSCHI, Luís A. (1983). *Lingüística de texto: o que é e como se faz*. Recife: UFPE.
- MARTINS, Nilce Santa'anna (1997). *Introdução à Estilística*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- RIFATERRE, Michael (1973). *Estilística estrutural*. São Paulo: Cultrix.
- SPERA, Jeane Mari Sant'ana (1996). A subversão do clichê. In: *Estudos lingüísticos XXV*. Taubaté (SP): GEL (Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo).